

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E MINORIAS

REQUERIMENTO Nº 68 DE 2016

(do Sr. Padre João)

Requer seja realizada audiência pública para debater as violações de direitos humanos cometidas contra cidadãos das ocupações para fins de moradia em cidades do estado de Minas Gerais.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do artigo 32, inciso VIII, alínea a, da RICD, a realização de audiência pública para debater as violações de direitos humanos cometidas contra cidadãos das ocupações para fins de moradia em cidades do estado de Minas Gerais.

JUSTIFICATIVA

Cidadãos em situação de vulnerabilidade, que ocupam terrenos e prédios urbanos ociosos para satisfação da necessidade vital de moradia, frequentemente são ameaçados. As violações de direitos humanos são promovidas às vezes por parte da polícia, que atua com abuso de autoridade e desrespeitando a dignidade da pessoa humana. Outras vezes são promovidas por ordens de reintegração de posse que desobedecem ao princípio da função social da propriedade ou às normas sobre ocupações coletivas previstas na legislação, especialmente a audiência de mediação prévia. Há ainda as situações de omissão do Poder Público na realização de políticas públicas habitacionais, para efetivação do direito à cidade.

Por exemplo, em Belo Horizonte ocorreu recentemente o despejo de cerca 330 famílias das ocupações Maria Vitória e Maria Guerreira – ocupações que haviam sido objeto de discussão pela Assembleia Legislativa de Minas Gerais. Em Betim, também em

Minas Gerais, os moradores da Ocupação 1º de Maio denunciam abusos por parte da polícia e a ausência de audiência de conciliação, prevista no Código de Processo Civil. A Ocupação Esperança, que abriga 2500 famílias, e a Ocupação Rosa Leão, ambas em Belo Horizonte, estão ameaçadas de reintegração de posse, apesar de os respectivos terrenos estarem ociosos desde a fundação da cidade. A Ocupação Willan Rosa, em Contagem, está numa área de especulação imobiliária reivindicada pelo CEASA, e o Poder Público não tem alternativa de realocação das famílias.

A posse e a propriedade urbanas devem ser compreendidas como elementos necessários à satisfação dos direitos humanos, e por isso peço apoio dos nobres pares para realização dessa audiência.

Sala das Comissões,

**Deputado PADRE JOÃO
(PT/MG)**